

UM RECÔNCAVO, DOIS SERTÕES E VÁRIOS MOCAMBOS: QUILOMBOS NA CAPITANIA DA BAHIA (1575-1808)*

Flávio dos Santos Gomes**

Resumo: Este artigo discute a tradição rebelde na formação de comunidades de escravos fugidos na Capitania da Bahia, desde o final do século XVII até o início do XIX. Analisamos de que maneira os quilombolas a partir de vários cenários - econômicos e demográficos - se estabeleceram nesta Capitania, destacando-se as alianças e conflitos com indígenas, escravos e camponeses, as relações mercantis e as medidas anti-mocambos.

Abstract: This article discuss the rebelling tradition in the construction of communities of fugitive slaves in the Bahia's Province, since the end of XVII century until the beginning of XIX century. We study the way of the quilombolas, since of several backgrounds economic and demographics - to establish oneself in that Province, to stand out the alliances and conflicts with natives, slaves and peasants, the commercial relationships and the anti-mocambos attitudes.

Palavras-chave: Quilombos/Mocambos - Resistência escrava - Cultura escrava - Capitania da Bahia - Indígenas, quilombolas e camponeses.

* Agradeço ao Prof. Henrique E. R. Lima Filho (UFPa) pelo apoio na preparação final deste artigo.

** Prof. do Departamento de História da UFPa., doutorando em História Social na Unicamp.

No Brasil, estudos contemporâneos sobre o tema escravidão têm tentado matizar algumas análises polarizadoras, apontando outros caminhos para o entendimento mais complexo das relações sociais entre senhores e escravos. Tais estudos, alargando o universo do debate historiográfico brasileiro a respeito do tema escravidão, trouxeram novas interpretações e abordagens para a discussão. Resistência escrava, por exemplo, foi entendida como uma das faces das lutas complexas de aspectos sociais multifacetados que eram vivenciadas pelos escravos no cotidiano de suas experiências históricas e que tinha como contraponto a reelaboração permanente de novas relações com seus senhores, modificando assim as várias formas de dominação e controle social. Nesses trabalhos ressaltam ainda as análises que procuraram mostrar de que modo os escravos - a despeito da violência e opressão dos senhores - tentavam, na medida do possível, organizar suas vidas, recriando estratégias de luta e de enfrentamento vinculadas a práticas culturais autônomas (Ver, entre outros: Azevedo, 1987; Chalhoub, 1990; Lara, 1988; Reis, 1986 e Slenes, 1992).

Assim como Palmares - na Capitania de Pernambuco - e os quilombos da Capitania de Minas Gerais, os mocambos da Capitania da Bahia são os mais conhecidos e citados pela historiografia do tema (Ver: Carneiro, 1966; Freitas, 1981; Barbosa, 1972 e Guimarães, 1990). Tal fato se deve, sem dúvida, aos estudos de Pedro Tomás Pedreira e, principalmente, de Stuart Schwartz. Conhece-se, portanto, hoje, de que modo o recôncavo e outras regiões da Capitania da Bahia conviveram a maior parte dos séculos XVII e XVIII com ameaça dos quilombolas (Pedreira, 1973 e Schwartz, 1987).

Segundo Stuart Schwartz, havia mocambos em todas as áreas da Capitania baiana. As regiões de Camarogipe, Cachoeira, Iguape, Maragogipe, Jaguaripe, Porto Seguro, Cairú, Jacuípe, Camamu, Jacoruna, Rio das Contas, Jacobina, Geremoabo, Rio Vermelho, Itapicurú, Rio Real, Sergipe do Conde, Vila de São Francisco e Ilhéus, tanto no Recôncavo, próximo de Salvador ou como em regiões mais interioranas, eram áreas com conhecida tradição de constituição de comunidades quilombolas (Schwartz, 1987).

Neste artigo é nossa intenção analisar a tradição quilombola da Capitania da Bahia desde o século XVI. Abordaremos as variadas tentativas de repressão colonial e as interações/articulações das diversas comunidades de fugitivos baianos com os contextos sócio-econômicos e demográficos no qual se estabeleceram, as possíveis alianças e conflitos com as populações indígenas locais e o engendramento - em algumas ocasiões - de um campesinato negro, envolvendo os quilombolas, a economia própria dos cativos e os outros setores da sociedade escravista.

A Tradição Rebelde

Ao que consta, o primeiro exemplo histórico de repressão a mocambos no Brasil ocorre na Bahia em 1575 por ordens do então governador-geral Brito de Almeida. Na década de 1580 notícias dão conta da existência de mocambos na região meridional do Recôncavo baiano (Ver: Handelman (1931: 385) e Schwartz (1988: 379)). Já no início do século XVII, mais propriamente em 1601, muitos escravos “fogem dos engenhos e propriedades” e se aquilombam no Itapicuru. Estes quilombolas situados próximos a Capitania de Sergipe del Rei dificultavam, inclusive, o caminho entre esta Capitania e a da Bahia. A repressão a eles foi incumbida aos índios potiguares sob o comando de Felipe Camarão (Bezerra, 1950: 154-5). Em 1661 determinava-se o envio de uma tropa do terço de Henrique Dias para perseguir os “negros que levantados em uma tropa” estavam trazendo incômodos para os moradores de Cachoeira e Imbiara¹.

As autoridades sabiam já então das dificuldades que encontrariam para efetivar a captura daquela “tropa” de aquilombados, destacando-se o

¹“Ordem que se enviou a Francisco Dias para prender, ou matar uma tropa de negros levantados”, 19.09.1661 transcrito em: *Documentos Históricos, Portarias dos Governadores Geraes (1660-1670)*, Vol. 7, Rio de Janeiro, 1929, pp. 70-1. Ver também: BNRJ, Códice I-7, 1, 30.

fato conhecido de “que algumas pessoas favorecem os mesmos levantados, com que se impossibilita sua prisão”. Porém, ressaltando a importância de se punir severamente estes quilombolas ordenou-se que os negros capturados não escapassem do castigo e aqueles que fossem mortos deveriam ter seus corpos colocados “no lugar em que houverem delinguido”. Dois anos depois o Capitão-mor Francisco Rodrigues recebia ordens para preparar uma diligência contra mocambos próximos à cidade de Salvador². Já, em 1667, da freguesia de Maragogipe e Paraguassú, falava-se da necessidade de se combater “dois mocambos na Batatã”³. Também da região de Jaguaripe, área baiana de forte tradição quilombola, já em meados de 1667 chegavam notícias de ações de quilombolas e da necessidade de reprimi-los⁴. Por todos os lugares e a cada momento constituíam-se e aumentavam-se os mocambos baianos. De Pirajuhia, ainda em 1667, dizia-se que o crioulo Manoel Meringue tinha refugiado-se comandando “mais de 30 peças de escravos com as quaes se ia fazer um mocambo no sertão”⁵. Em meados do século XVII, a situação dos mocambos na Capitania baiana causava, sem dúvida, apreensão nas autoridades coloniais. Entre os anos de 1668 e 1669 é preparada uma grande expedição punitiva para combater estes mocambos. Para o comando desta foi convocado nada menos do que Fernão Carrilho, militar com bastante experiência em diligências contra quilombolas e que

² Ibid.

³“Portaria que se passou aos moradores da Freguezia de Maraguagippe e Paraguassú”, 21.05.1667 transcrito em: *Documentos Históricos*, Vol. 7, pp. 301. Ver também: BNRJ, Códice I-7,1,30 doc nº 356.

⁴ “Portaria que se passou aos moradores de Jaguaripe para fazerem entrada em um Mocambo”, 06.06.1667, transcrito em: Ibid., pp. 301-2 doc. nº 357.

⁵“Portaria que se passou para ir o Alferes Miguel Corrêa de Sande com a mais gente que leva em sua companhia, em seguimento dos negros que fugiram aos moradores da Pirajuhia”, 18.11.1667 transcrito em: Ibid., pp. 335-6, doc. nº 413.

depois seria enviado para combater Palmares⁶. Nos meses finais de 1674 e início de 1675 preparavam-se igualmente medidas anti-mocambos em Sergipe do Conde, Sergipe del Rey e na freguesia de Nossa Senhora do Socorro⁷. No final do século as autoridades ficaram apavoradas com um levante com mais de cem escravos e a possibilidade de uma articulação com os quilombos da região de Camamu⁸.

No século seguinte não foi diferente. Quase como uma epidemia espalhavam-se por toda a parte notícias sobre as atividades dos quilombolas. Falava-se, invariavelmente em “saques”, “insultos” e “roubos” e as tentativas de medidas repressivas por parte das autoridades. Em 1705 informações davam conta “acerca das insolências, e roubos, que os negros de um mocambo, que há nos matos de Jacuhipé, fazem ao Povo” da Vila de Cachoeira⁹. Ainda em meados deste ano ordenava-se a destruição dos “mocambos e negros fugidos que houver nos districtos de toda a serra de

⁶ “Portaria para o Provedor-mor da Fazenda Real mandar dar pólvora para a entrada que faz Fernão Carrilho”, 08.06.1669 e “Portaria para o Provedor-mor mandar dar o necessário para a entrada do mocambo a que vae o Capitão Fernão Carrilho para se despendar com os Índios que o acompanharem”, 12.06.1669 transcrito em: *Ibid.*, pp. 406-7 docs. n° 539 e 541.

⁷ “Portaria para o Capitão-Mor de Sergipe del-Rei sobre dar 30 índios para uma estrada que se manda fazer aos mocambos”, 23.10.1674; “Carta para o Coronel Affonso Barbosa da França sobre os negros fugidos”, 14.11.1674 e “Portaria para o Capitão do Campo dos districtos de Sergipe do Conde para correr os mattos”, 25.02.1675 transcritos: *Documentos Históricos, Portarias e Cartas dos governadores Geraes (1670-1678)*, Vol. VIII, Rio de Janeiro, pp. 212, 412-3 e 415. Ver também: BNRJ, Códice I-4,3,58, docs. n° 39, 132 e 939.

⁸ “Carta para sua Magestade sobre o levantamento dos negros no Camamu, e Paulistas em Porto Seguro, 15.07.1692 transcrito em: *Documentos Históricos, Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas (1678-1711)*, vol. 33, Rio de Janeiro, 1936, pp. 448-50. Ver também: BNRJ, Códice 1, 2, 33, doc. n° 89.

⁹ “Para o Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque sobre os mocambos”, 03.06.1705 transcrito em: *Documentos Históricos, Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711)*, Vol. 41, Rio de Janeiro, 1938, pp. 58-9.

Jacobina e Carinhanha, até o rio de São Francisco” (Viana, 1935: 65). Em janeiro de 1723 ordenava-se ao Coronel Garcia de Ávila Pereira preparar a “entrada do Mocambo dos Quiricós”¹⁰. Mais de dez anos depois expedia-se uma portaria para o sargento-mor Gaspar Dias para realizar uma expedição punitiva acompanhada de indígenas para ir “às cabeceiras das roças de Nazaré donde se diz há um mocambo de negros fugidos que assaltam aqueles moradores com vários roubos e excessos”¹¹.

A situação parecia só se agravar, fugindo totalmente ao controle das autoridades. Clamores da população eram cada vez mais fortes e surgiam de todos os lados. Em fins de 1734, em portaria endereçada ao Coronel Domingos Miranda Pereira, o governador da Bahia, devido “serem tantas, e tão repetidas as queixas e clamores dos moradores do distrito da freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro” ordenava que caso não fossem presos no prazo de um mês, “todos os negros salteadores, ou amocambados”, os capitães-do-mato deveriam ser remetidos presos para Salvador a fim de serem devidamente punidos e darem baixa nos seus postos¹².

O problema, porém, não estava restrito a Santo Amaro. No ano seguinte, o fazendeiro Pascoal Pereira Pinto, morador do rio das Rãs e Parateca, próximo ao sertão do Rio de São Francisco, região de Rio das Contas e Jacobina, era indicado para comandar uma diligência para

¹⁰ “Para o Coronel Garcia de Ávila Pereira”, 22.01.1723 e “Carta que se escreveu ao Coronel Garcia de Ávila Pereira sobre a entrada do mocambo dos Quiricós, e prisão do Capitão-mor João Batistae e o Capitão de assaltos”, 12.02.1723 transcritos em: *Documentos Históricos, Cartas e Provisões (1721-1722)*, Vol. 45, Rio de Janeiro, 1939.

¹¹ “Portaria para o Sargento-Mor Gaspar Dias”, 14.04.1734 transcrito em: *Documentos Históricos, Cartas, Patentes e Provisões (1725-1728)* e *Portarias, Ordens e Regimentos (1732)*, Vol. 75, Rio de Janeiro, 1947, pp. 298.

¹² “Portaria para o Coronel Domingos Miranda Pereira”, 15.12.1734 transcrito em: *Documentos Históricos, Portarias, Ordens, Regimentos (1734-1736)*, Vol. 76, Rio de Janeiro, 1947, pp. 20-1.

perseguir “negros fugidos assim esparsos como em mocambos”¹³. Na mesma ocasião, determinavam-se providências ao capitão das entradas Gonçalo da Silva Teles, pois “nos matos de Camarogipe andam vários negros fugidos fazendo roubos e insultos aos moradores e passageiros” e que diziam que se “acham com mocambos naquelas vizinhanças”¹⁴.

As autoridades coloniais baianas procuravam, na medida do possível, controlar o problema dos mocambos. A preparação de diligências e expedições era uma constante. No entanto, as dificuldades e os fracassos eram costumeiros. Ainda no final do século XVII garantia-se aos capitães-do-mato que fossem “aos mocambos, que não se lhe entregando logo os negros fugidos e resistirem de maneira, que seja necessário feril-os, e ainda matal-os, não tendo outro remédio o façam, sem por isso se lhes poder dar em culpa”¹⁵. Institucionalizavam-se, assim, as costumeiras arbitrariedades nas tentativas de destruição dos mocambos. Quilombolas podiam ser, algumas vezes, sumariamente assassinados ao tentarem resistir à reescravização. Senhores reclamavam de tais prejuízos. Mortes também havia da parte da expedição punitiva. Em 1732, falava-se da devassa tirada há três anos em virtude da morte do Capitão Domingos Ramos por ocasião de uma diligência contra mocambos localizados no sítio do Mamão, próximo ao Recôncavo¹⁶.

Senhores e autoridades locais também reclamavam de algumas medidas tomadas pelas autoridades coloniais. Em 1769, o Capitão-mor das

¹³ “Portaria para Pascoal Pereira Pinto fazer uma diligência de aprisionar uns negros fugidos”, 30.03.1735 transcrito em: *Ibid.*, pp. 80-1.

¹⁴ “Portaria para o Capitão das Entradas Gonçalo da Silva Teles”, 05.07.1735 transcrito em: *Ibid.*, pp. 166-7.

¹⁵ “Portaria para o Coronel Affonso Barbosa da França sobre os Capitães do Mato”, 13.01.1673 transcrito em: *Documentos Históricos, Portarias e cartas dos Governadores Geraes (1670-1678)*, Vol. 8, Rio de Janeiro, 1929, pp. 130.

¹⁶ “Portaria para o Juiz Ordinário da Vila de Maragogipe” transcrito em: *Documentos Históricos*, Vol. 75, pp. 114

Ordenanças da Vila de Jaguaripe, João de Sousa e Eça dirigiu um ofício ao Governador da Bahia queixando-se que muitos escravos fugidos e quilombolas capturados acabavam soltos e entregues aos seus senhores sem que fossem devidamente “ouvidos” ou mesmo pagas às respectivas “tomadias”¹⁷. Dois anos depois na mesma Jaguaripe reclamava-se do costume de se enviarem os quilombolas capturados para Salvador para que de lá fossem soltos. Argumentava-se que os lavradores e proprietários escravistas da região, principalmente “homens pobres”, não podiam arcar com os custos das despesas para efetuarem suas solturas, ainda mais uma viagem até Salvador¹⁸.

De outro modo, muitas autoridades e fazendeiros locais eram acusados de serem coniventes e/ou fazerem vista grossa com relação ao problema dos mocambos e dos fugitivos. De Rio das Contas, em 1725, dizia-se que Luiz Cardoso Balegão, homem “esquecido das obrigações de católico e de vassalo, vive no sertão deste estado com péssimo procedimento e costumes, fazendo-se régulo sem temor da justiça, trazendo em sua companhia, mais de quarenta escravos fugidos”¹⁹.

Estratégias pela liberdade

Ao nível da organização interna e sistema de defesa, um dos mocambos brasileiros - no caso baiano - de que melhor se tem conhecimento é o do Buraco do Tatu²⁰. Este mocambo tornou-se melhor conhecido devido

¹⁷ BNRJ, Seção de Manuscritos, Códice I-31, 28, 13; 03.02.1769.

¹⁸ Ibid., Códice I-31, 28, 12; 07.09.1771.

¹⁹ “Carta que se escreveu ao Ouvidor Geral do Piaguí Antonio Marques Cardoso”, 26.10.1725 transcrito em: *Documentos Históricos, Cartas para a Bahia (1724-1726)*, Vol. 72, Rio de Janeiro, 1940, pp. 195-7.

²⁰ Para análises deste mocambo, ver: SCHWARTZ, Stuart B. “Mocambos, Quilombos...”.

as descrições militares e uma planta desenhada por ocasião de sua destruição (Ver: Schwartz, 1987 e Pedreira, 1979). Localizava-se próximo à cidade de Salvador, mais propriamente junto à região de Itapõa. Em 1763, às voltas com os freqüentes “incômodos” gerados por estes quilombolas, as autoridades coloniais baianas planejaram, organizaram e efetivaram uma expedição punitiva.

Na realidade, o planejamento para destruir este mocambo foi iniciado em 1760. Na ocasião, o Conde de Arcos, Vice-Rei do Brasil, ordenava que se tomassem providências para destruir os vários quilombos que haviam-se constituído - ao que se sabe - próximos à cidade de Salvador. O Buraco do Tatu sabia-se que era já bem antigo. Sua existência datava pelo menos desde de 1743. Seus habitantes eram acusados de praticarem furtos, extorsões e assaltos. O que se destaca, porém, no episódio envolvendo a destruição deste mocambo, é a sua organização sócio-econômica. A partir de uma planta desenhada para a ilustração do relatório militar que descreveu sua destruição, Schwartz - de forma original - empreendeu uma análise etnográfica²¹.

Tinha ele um complexo sistema de defesa. Ao seu redor - mais exatamente em sua retaguarda - havia um canal pantanoso. A proteção de sua frente e das laterais era constituída por labirintos de estacas pontiagudas. Estes quilombolas prepararam ainda diversas covas com espetos (cerca de 21) camufladas ao longo do mocambo para surpreender os integrantes das expedições reescravizadoras. Existiam também saídas secretas e falsas trilhas, visando a facilitar a rápida fuga dos quilombolas e/ou enganar os perseguidores. Por último, havia vários pontos onde colocavam-se vigias para observar qualquer movimentação de tropas. A planta desenhada traz também indicações de pequenas roças neste mocambo, evidenciando que eles dedicavam-se à agricultura. Ao que parece, a população dele era considerável. Por ocasião de sua destruição capturaram-se cerca de 65 quilombolas, sendo que 4 foram mortos em combate.

²¹ Cf. SCHWARTZ, Stuart B. “Mocambos, Quilombos.....”.

Entretanto, a guerra contra os mocambos baianos já tinha começado há mais de um século. Ao contrário da Jamaica e Suriname, as autoridades coloniais no Brasil não tentaram efetivamente fazer tratados de paz com os quilombolas, reconhecendo a autonomia de suas comunidades (Ver: Price, 1979; Craton, 1982 e Mullin, 1992). Houve, porém, raras exceções. Sabemos, por exemplo, que em Palmares foi tentado um tratado de paz sem sucesso. Na Bahia - ao que se sabe - tentou-se atrair os quilombolas para negociar suas rendições. Em 1640, acerca das tentativas de destruir um mocambo na região de Rio Real, o Vice-Rei Dom Jorge de Mascarenhas propunha que fosse enviado para os mocambos um batalhão de Henriques (libertos e livres de cor alistados em tropas militares) e um padre que falasse a língua dos quilombolas, propondo-lhes a rendição imediata em troca da liberdade com o alistamento sumário nas tropas de libertos. Os oficiais da câmara de Salvador, entretanto, rejeitaram tal proposta, argumentando que “por nenhum modo convinha tratar desconcertos, nem dar lugar aos escravos que concilhassem sobre este negócio e o que convinha somente hera extinguiloz e conquistalloz para os que estavam domésticos não aspirassem maiores danos”²². O fato era um só, pelo menos até o final do século XVIII, o recôncavo baiano rebelde descrito por João J. Reis para as primeiras décadas do século XIX era um recôncavo quilombola (Reis, 1992: 100-26).

De modo original, Schwartz argumenta como os mocambos baianos procuraram se localizar tanto próximo das áreas de economia exportadora - maior parte das quais localizadas no recôncavo baiano - como daquelas voltadas para a produção de alimentos. As diferenças destas regiões podiam ser grandes. Em áreas exportadoras as relações de trabalho poderiam ser marcadas por variadas características sócio-demográficas: grandes

²² “Termo que fez sobre os negros do Mocambo, e entradas que se lhe dão por Ordem do Marquez Visse Rey Dom Jorge Mascarenhas, e assento que sobre este negócio se tomou”. Livro de Atas do Senado da Câmara de Salvador. In: VIANNA FILHO (1946: 153).

engenhos, senhores abastados, enormes propriedades e plantéis, grande percentual de escravos africanos, alta taxa de masculinidade, absentéismo dos senhores, alta taxa da população escrava com relação à população livre, etc.. Já em regiões dedicadas ao cultivo de alimentos, os plantéis eram menores (com até 10 escravos), predominavam pequenos lavradores, uma maior proporção entre escravos homens e mulheres, assim como africanos e crioulos (Schwartz, 1987).

Mas podia haver também determinações relacionadas às próprias lógicas das várias comunidades quilombolas. Não concordamos, por exemplo, com a explicação de Schwartz de que a economia do mocambo era “parasitária”²³. Tanto na Bahia, como em outras tantas regiões brasileiras, as características da economia quilombola eram complexas e variadas. Os quilombolas procuravam manter uma extensa rede de solidariedades com taberneiros, escravos e pequenos lavradores próximos na tentativa de se integrar à economia local, através de trocas e comércio dos excedentes produzidos nos seus mocambos.

É claro que as várias estratégias econômicas dos quilombolas dependiam de diversas condições e fatores. Poderia haver, por exemplo, pequenos grupos quilombolas itinerantes, constituídos majoritariamente por homens, que procuravam sobreviver praticando roubos e saques a viajantes e às fazendas próximas. Outros grupos, maiores e mais estáveis, de outro modo podiam procurar estabelecer uma economia agrícola que podia igualmente ser complementada pelo saque ou por atividade extrativa. De qualquer modo, em ambas as situações os quilombolas não se isolaram. Pelo contrário, suas redes de proteção e solidariedades - incluindo relações mercantis, sociais e culturais - cada vez mais solidificavam-se (Gomes, 1994).

²³ Críticas as idéias de Schwartz de “economia parasitária” dos quilombos aparecem em: FLORY, 1979, pp. 116-130; GOMES, 1995 e REIS, 1979, p. 285-97.

Quilombolas e indígenas: entre conflitos e alianças

A perspectiva de proximidade dos mocambos dos centros produtivos, não pode, neste sentido, ter apenas uma explicação de dependência econômica. Pela documentação que pesquisamos e a bibliografia disponível, é possível supormos que na Capitania da Bahia existiram tanto pequenos quilombos predatórios como mocambos com consideráveis população e atividades econômicas complexas integradas às economias locais onde estavam estabelecidos. Em junho de 1719, por exemplo, as autoridades coloniais baianas chamavam a atenção para o fato de que grupos escravos fugidos e quilombolas estavam minerando nos distritos de Jacobina²⁴. Já em 1801, nesta mesma localidade, mais propriamente nos “destritos do Julgado de Xiquexique” uma expedição encarregada de descobrir ouro acabou encontrando “dois quilombos de negros foragidos” (Pedreira, 1973).

Havia, igualmente, quilombos populosos. Em 1674, o Coronel Balthazar dos Reis Barrenho foi destacado para destruir um “mocambo grande”, localizado próximo à região de Sergipe do Conde. Além disso, numa área como a Capitania baiana onde havia mocambos por toda a parte, não podemos descartar a possibilidade de eles se articularem tanto economicamente como militarmente para se defender. Em 1721, em portaria enviada ao Capitão-mor Francisco de Almeida temos evidências nessa direção. Falava-se na ocasião de se:

“...ter notícia certa de um grande mocambo, que se acha situado entre Rio Itapicurú e Rio Real, o qual pelas [notícias] que lhe deram alguns moradores daqueles distritos tem mais de trezentos negros bem disciplinados, e com muitas armas de fogo e que em pouca distância dêste estavam mais dois com menor poder e de um e outros tinham grande prejuízo aqueles

²⁴ “Para o capitão-mor da Freguesia de Jacobina, Antonio Pinheiro da Rocha”, 20.06.1719 transcrito em: *Documentos Históricos, Cartas de D. Sancho de Faro e Souza (1719-1720)*, Vol. 73, Rio de Janeiro, 1946, pp. 128-9.

povos pelos latrocínios e hostilidades que experimentavam...”²⁵

Podemos mesmo supor a existência de uma rede de solidariedades e complementariedade econômicas e sociais envolvendo vários mocambos baianos. Tal rede poderia contar, em alguns contextos, com a participação até mesmo de comunidades indígenas. Fatores geográficos poderiam interferir no estabelecimento e estabilidade de algumas comunidades quilombolas. A propósito, Schwartz analisa que o fator preponderante que contribuiu, por exemplo, para a formação de mocambos estáveis na região de Cairu e Camamu - região sul da Capitania da Bahia - foi a instabilidade militar, uma vez que havia constantes ataques de tribos indígenas hostis e a ajuda militar de Salvador ficava distante.

Quanto à questão da utilização de indígenas para combater mocambos o referido autor faz uma interessante e original abordagem. Foram várias as ocasiões em que tropas de indígenas foram preparadas para invadir quilombos. Em muitas situações alguns mocambos só eram localizados a partir da utilização de indígenas como guias. Não eram raras as vezes que indígenas atacavam propriedades e matavam escravos. Da vila de Camamu, em 1719, chegavam denúncias de que o “gentio bárbaro que se acha aldeado dez ou doze léguas distante da mesma Vila havia por vezes roubado as suas fazendas, e mortos muitos escravos seus tantos negros como mulatos e um moço branco”²⁶. Enfim, no contexto baiano podia haver muitos conflitos envolvendo tribos indígenas, escravos e quilombolas. Mas se havia conflitos podia haver, igualmente, solidariedades (Ver: Craton, 1986: 98-115).

²⁵ “Portaria para o Capitão-mor Francisco de Almeida com os oficiais e gente que lhe der os Coronéis, fazer entrada aos mocambos que se acham no Itapicurú e Rio Real”, 16.09.1721 transcrito em: *Documentos Históricos, Portarias (1720-1721)*, Vol. 69, Rio de Janeiro, 1945, pp. 274-275.

²⁶ “Para os oficiais da Câmara da Vila do Camamu”, 06.07.1719 transcrito em: *Documentos Históricos*, Vol. 73, pp. 135-6.

Podemos pensar diferente. Ou seja, a existência de tribos indígenas hostis pode ter ao mesmo tempo ajudado e dificultado o estabelecimento de algumas comunidades quilombolas. Por um lado, é fato que nas áreas de tribos hostis os quilombolas poderiam buscar proteção logística, uma vez que ali a penetração de capitães-do-mato e de expedições punitivas tornavam-se mais difíceis.

De outro modo, muitas tribos indígenas podem ter percebido o quanto que a existência de mocambos próximos aos locais onde estavam estabelecidas acabavam por atrair a ira das autoridades coloniais. Destruir mocambos e perseguir indígenas era muita das vezes um só objetivo das expedições punitivas que adentravam as matas do Recôncavo e interior da Capitania. Podem, inclusive, ter havido retaliações diretas de indígenas contra quilombolas e vice-versa que nunca apareceram na documentação. Esta possibilidade mesma pode ser explicada pelo uso freqüente de índios nas medidas anti-mocambos, tanto na Capitania da Bahia como no Rio de Janeiro, São Paulo e Grão-Pará. A propósito, Palmares foi repetidas vezes atacado por indígenas (Carneiro, 1966 e Freitas, 1981).

Por outro lado, o aldeamento de alguns grupos indígenas pode ter servido em algumas regiões para intimidar e reprimir a formação de comunidades de escravos fugidos. Em 1769, a propósito das tentativas de repressão aos mocambos em Minas Gerais e São Paulo, o Rei de Portugal argumentava ao Conde de Assumar o seguinte:

“Me pareceu dezervos, que uzeis sobre a fugida destes negros, de que se vão formando esses mocambos do meyo que se pratica em todas as Capitánias da Baía, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba, que hé o de haver capitão do mato com o prêmio que se costuma dar a cada hum pelos escravos que prendem; pois tem mostrado a experiência o muito que tem sido util este meyo; e quando possa conduzir para o mesmo efeito, o formar se a Aldeya, que se tinha mandado eregir de novo, se deve estabelecer tirando se das mais Aldeyas, hum certo, e moderado número de Indios, com que se possa fundar,

valendo vos tão bem para o mesmo efeito de alguma parte dos Tropas que mando se formem...”²⁷

Segundo Schwartz “aldeias indígenas inteiras eram mobilizadas para servirem como tropas anti-mocambos, e praticamente todos os esforços militares de vulto empreendidos contra quilombos baianos incluíram auxiliares índios” (Schwartz, 1988: 379). Também podemos argumentar em direção à possibilidade de ter havido solidariedades e estratégias articuladas de defesa, proteção e atividades econômicas entre quilombolas e indígenas. Em Ilhéus, em 1733 - sul da Capitania - informações, por exemplo, davam conta tanto da existência de “gentio bárbaro que infesta os destritos dos rios Una, Poxi e Patipe” como “que naquele continente se acha um grande mocambo de negros fugidos antiquíssimo”²⁸. Em Rio das Contas e Jacobina - sertão ao norte da Capitania - em 1736, falava-se de um “poderoso mocambo” existente na região “estabelecido há muitos anos com trato e comunicação” com indígenas e escravos. Em portaria ao Provedor da Fazenda Real dizia-se:

“...que no sertão que medeia entre as minas da Jacobina e as do rio das Contas há um grande mocambo de negros fugidos que se tratam e comunicam com o gentio bárbaro, donde saem a fazer alguns roubos e insultos aos moradores vizinhos, e passageiros do que tem chegado a êste governo repetidas queixas, e porque o dito mocambo se vai engrossando pondo-se com poder tão formidável que dará grande cuidado”²⁹

Pode-se pensar mesmo em mocambos baianos constituídos por escravos africanos, crioulos, indígenas e seus descendentes. Ainda em 1704,

²⁷ Documento transcrito em: *Documentos Interessantes Para A História E Costumes De São Paulo, Correspondência Diversas*, Vol. XIV, 1895, pp. 246-7.

²⁸ “Ordem que levou o Capitão da Conquista do Gentio bárbaro, José Duarte Pereira”, 26.01.1733 transcrito em: *Documentos Históricos*, Vol. 75, pp. 133-4.

²⁹ “Portaria para o Provedor-Mor da Fazenda Real”, 01.03.1736 transcrito em: *Documentos Históricos, Portarias, Ordens, Regimentos (1734-1736)*, Vol. 76, pp. 335.

do distrito do Brejo, junto ao Paramirim mandava-se “extinguir os mocambos, aprisionar os negros e reduzir os índios maracaz, cucuruís, araxás e cabocolos que tem domésticos” (Viana, 1935: 65). Em 1783, da região de Geremoabo noticiava-se que os índios que lutavam contra a perseguição dos bandeirantes - índios mongoiós ou nagoiós - tinham aliado-se a alguns grupos de quilombolas. Durante uma expedição punitiva contra estes mocambos foram encontrados:

“... um arco de guerra e de caça do gentio homem; o mesmo do gentio mancebo; o mesmo do gentio menino; doze flechas, um colar, um pandeiro de suas folganças, uma tanga de mulher, uma cinta das mesmas, uma compostura de guerreiro, um ídolo, imagem do fogo ou do sol, sobre que havia ainda uma machadinha ou acha de pedra com que os índios cortam os paus donde tiram mel e um surrão contendo fragmentos de algum vaso de barro”. (Apud: Barros, 1935: 117 e Moura, 1981: 107)

Baseando-se na documentação e nas análises de Borges de Barros, Clóvis Moura argumenta, por exemplo, que as alianças entre quilombolas e indígenas na região central da Bahia acabaram por criar “sérios embaraços às entradas e bandeiras do ciclo baiano” (Idem).

Em várias regiões das Américas Negras temos conhecimento de que comunidades de escravos fugidos miscigenaram-se com as populações indígenas locais, como, por exemplo, os Blacks Caribs de São Vicente e Honduras, os Caribs de São Domingos, os índios Miskitos também de Honduras e os Seminoles na Flórida. Alguns conflitos entre os indígenas e quilombolas podem ter sido promovidos, inclusive, pelas próprias autoridades coloniais como sugere Craton para o Caribe (Ver: Craton, 1982; Braund, 1991; Socolow, 1992 e Price, 1988-89). Em contrapartida, este autor argumenta de que modo os europeus em diferentes contextos procuraram estabelecer alianças com indígenas e maroons. Se em algumas vezes conflitos entre indígenas e maroons foram provocados e estimulados pelos europeus, em outras ocasiões, ingleses, franceses, holandeses e

espanhóis forjaram com estes alianças circunstanciais, visando impedir invasões e/ou garantir possessões nas ilhas caribenhas. Craton cita o exemplo dos cimarrones do Panamá que se aliaram com os ingleses contra os espanhóis em 1570.

De qualquer modo, indígenas e africanos nas Américas para além da miscigenação e de conflitos e solidariedades - como os indícios para a Capitania Baiana - chegaram mesmo a formar comunidades integradas onde podiam predominar tanto os elementos ameríndios como os africanos. O maior exemplo disso foram os Miskitos no México, os Seminolas na Flórida e principalmente os Blacks Caribs em várias ilhas caribenhas.

Não obstante, em algumas regiões, devido a determinadas características - formas de ocupação, economia, demografia, etc. - a luta dos quilom-bolas enquanto resistência escrava pode ter significado a continuidade (padrões estruturais de opressão e resistência) da resistência indígena. No Brasil dos séculos XVII e XVIII isso podia estar acontecendo na Capitania da Bahia.

Entre fins do século XVII e meados do século XVIII quando o problema dos quilombos começava a tornar-se alarmante em toda a Capitania baiana as populações indígenas locais ainda deviam ter na memória a experiência da escravização - isso sem contar os inúmeros indígenas que então viviam em aldeamentos controlados pela Coroa - visto que o desaparecimento gradual da escravidão indígena se dá na segunda e terceira década do século XVII. Além disso, diversas regiões do sertão baiano foram desbravadas e colonizadas em virtude das constantes incursões contra “índios bravios” já em meados do século XVII (Schwartz, 1988).

Mocambos baianos e o campesinato negro: algumas pistas

Desde o final deste século até o início do século XIX o tráfico negreiro permaneceu intenso para toda a Capitania baiana. Tendo por base vários estudos a respeito do tráfico transatlântico de africanos, Schwartz,

por exemplo, estima que na última década do século XVII entraram anualmente para a Bahia de 8 a 9 mil escravos. O tráfico africano aumentou consideravelmente no século XVIII. Destaca-se ainda que entre 1750 e 1790 devido ao declínio da economia açucareira caracteriza-se igualmente uma depressão no volume do tráfico de africanos. O fato é que, no início do século XIX a massa escrava já iria constituir 1/3 de toda a população baiana que era de aproximadamente 500 mil habitantes. Nas regiões dos engenhos, por exemplo, o índice da população escrava alcançava 70% (Idem).

Como características básicas da população escrava baiana desde 1600 até o fim da era colonial, Schwartz assinala: grande percentual de africanos - possuindo uma média de mais de 70% com relação ao total da massa escrava -, predomínio de cativos adultos de sexo masculino - com razões de masculinidade que chegavam a 200 e 300 em regiões de engenhos e fábricas de açúcar -, poucas crianças, escassez de mulheres, baixa fecundidade e alta mortalidade infantil (Idem).

Não resta dúvida de que fatores econômicos e demográficos tiveram impacto sobre as formações de comunidades de fugitivos onde elas tenham existido. As estratégias dos quilombolas para manter sua autonomia podiam estar combinadas a contextos geográficos e sócio-econômicos diversos. O impacto do tráfico africano, por exemplo, pode ter refletido, de fato, num aumento do índice de fugas e na formação de novos mocambos baianos. Quanto a este fato, em 1726, ordenava-se ao Coronel João Peixoto Viegas para que perseguisse indígenas e destruísse os mocambos existentes entre Cachoeira, Jacobina e Rio das Contas. Quanto aos quilombolas havia, inclusive, ordens para:

“prizioná-los e extinguir o dito mocambo, arrazando as estacadas que tiver para que não haja mais memória d’elle, fazendo toda a diligência por descobrir e conquistar o chamado de Camisan, em que há muitos annos se falla e porque pode haver n’estes mocambos alguns negros ou negras que fugissem para elles sendo boçaes e não conheção a seus senhores, nem lhe saibão os nomes”.(Apud: Barros, 1935: 117 e Moura, 1981: 107)

Outros fatores podem igualmente ser considerados. Os tipos de atividades econômicas, a estrutura de posse dos cativos, assim como o percentual de população escrava de origem africana podiam determinar, em alguma medida, os padrões das comunidades quilombolas em diversas regiões (volume da população dos mocambos, estratégias sócio-econômicas, etc.). Nesse contexto podemos comparar as estruturas das Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Enquanto no Rio de Janeiro, a média de escravos por engenho era de 36 escravos, na Bahia esta média alcançava 65. Além disso, na maior parte dos engenhos baianos, cerca de 80%, a estrutura de posse dos escravos variava entre vinte e cem cativos. Destaca-se também que semelhante aos de São Paulo, os engenhos fluminenses eram menores comparados aos engenhos baianos e pernambucanos (Schwartz, 1987).

Fatores econômicos podiam influenciar não só as estratégias dos quilombolas como também as práticas repressivas. A propósito, é interessante notar que é justamente em meados do século XVIII quando aumenta exorbitantemente o preço dos escravos (o preço médio subiu de 25 para 150 mil-réis) que as autoridades coloniais baianas fazem recrudescer as medidas anti-mocambos.

Uma outra questão interessante sobre as estratégias de manutenção de autonomia das comunidades de escravos fugidos foi a sua perspectiva de forjarem comunidades de camponeses livres, tentando integrar suas atividades econômicas não só com as comunidades de senzalas próximas como também junto a pequenos lavradores, homens livres pobres, vendeiros etc. Enfim, as atividades econômicas dos quilombolas podiam estar integradas, inclusive, à economia de abastecimento. A propósito, Schwartz tem destacado o crescimento da economia interna - determinada por variados fatores sócio-econômicos e demográficos - no Brasil no final do período colonial. Ressalta para a Capitania da Bahia as tensões sociais e econômicas entre os setores da produção de alimentos e a agricultura exportadora. Ainda que houvesse ordens reais, determinando o cultivo de alimentos (principalmente mandioca) juntamente com a cana-de-açúcar, visando ao abastecimento de Salvador, os fazendeiros do recôncavo sempre mostraram-se resistentes (Schwartz, 1988).

É possível pensar a entrada dos quilombolas baianos neste circuito de abastecimento. Feijão, milho, mandioca e outros excedentes produzidos pelos quilombolas podiam tanto ser trocados com os escravos nas senzalas, com taberneiros, como ser enviados para os mercados locais (até mesmo Salvador) através de vários intermediários comerciais. Tal perspectiva pode ter proporcionado transformações essenciais nas relações entre senhores e escravos, uma vez que os mundos criados pelos quilombolas podiam cada vez mais interagir com aqueles dos que permaneceram escravos (Gomes, 1995).

A despeito das tentativas frustradas, foram vários os momentos em que os escravos tentaram conquistar compensações dentro da própria escravidão. No Brasil do século XVIII, destaca-se o conhecido episódio da revolta escrava do engenho de Santana em Ilhéus, na Capitania da Bahia. Em 1789, um grupo de escravos enviou um tratado ao então proprietário do engenho, em que procuravam colocar termos às condições de trabalho, reivindicando, entre outras coisas, margens de autonomia para não só cultivarem suas roças, mas também comerciarem os produtos delas provenientes no mercado local. Este documento, primeiramente publicado em um artigo por Stuart Schwartz em 1977, foi objeto de polêmicas e controvérsias teóricas e metodológicas entre diversos historiadores que analisaram o tema da escravidão no Brasil. Enquanto alguns chamavam a atenção para a possibilidade de ampliar as perspectivas históricas em torno da relação resistência/acomodação escrava e as atividades econômicas próprias dos cativos no sistema escravista, outros procuraram apenas ressaltar o caráter atípico que envolveu este episódio com os escravos do referido engenho, uma ex-propriedade dos jesuítas confiscada pela Coroa Portuguesa em 1759³⁰.

³⁰ Para as análises que apenas enfatizam a atipicidade deste caso, ver: GORENDER, 1983, pp. 7-39 e MOURA, 1982, pp. 72-78. -- Outros estudos que analisaram este episódio tentaram chamar a atenção para outras questões, visando a entender a complexidade da relação resistência/acomodação dos escravos no Brasil. Ver:

Em 1789, o engenho pertencia a Manuel da Silva Ferreira e contava com cerca de 300 escravos. Nessa ocasião os cativos se rebelaram, mataram o mestre de açúcar e se refugiaram nas matas circunvizinhas, quando enviaram o “tratado de paz” ao referido senhor. Este “tratado”, entre outras coisas, estipulava: dispensa de dois dias semanais (sexta-feira e sábado) para cultivarem seus lotes de terras; cessão de redes e canoas para que pudessem pescar; direito de embarcarem os produtos provenientes de suas roças juntamente com os do Senhor quando do envio para o mercado, para não pagarem fretes de barcas; substituição imediata dos feitores e eleição de outros com a aprovação deles, escravos; autonomia para realizarem suas festas e batuques sem a necessidade de autorização prévia, e outros itens que procuravam regular, segundo os seus interesses, o ritmo e o tempo do trabalho diário. Esses escravos, constituídos em comunidade, certamente procuravam preservar e alargar espaços de autonomia que provavelmente haviam conquistado desde os tempos da administração jesuítica.

Ao que parece, o episódio do engenho Santana, com suas características e semelhanças, repetiu-se na Colômbia em 1773. Os escravos de uma hacienda de gado em Villavieja, na Província de Neiva, que também tinha sido de propriedade dos jesuítas até 1767, enviaram uma petição ao Vice-rei espanhol, reclamando que o procurador da Coroa, o então administrador daquela hacienda, tinha proibido que eles cultivassem suas roças e omitia-se quanto ao costume de dar rações de carnes e roupas, além de os privar de folgas nos dias santos festivos. Semelhantemente aos cativos do engenho de Santana na Bahia, estes escravos reivindicavam aquilo que consideravam direitos costumeiros conquistados por sua comunidade, provavelmente desde o tempo dos jesuítas, ainda que protestassem como “escravos de Sua Majestade”, no caso a Coroa espanhola (McFarlane, 1985: 146-7).

Em 1780, em Cucuta, também na Colômbia, aconteceu um outro caso interessante numa hacienda que igualmente havia pertencido aos jesuítas. Um grupo de cativos fugiu liderado por um escravo feitor e enviou uma

CARDOSO, 1987, pp. 91-125; CASTRO, 1980, p. 67-107; LARA, s.d.; REIS, 1979, pp. 285-297; SILVA, 1985, Caderno Especial, pp. 3.

petição ao Vice-Rei. Eles reclamaram contra o novo proprietário da hacienda, recém-adquirida da Coroa, pois o mesmo estava violando seus direitos costumeiros e os maltratando com castigos excessivos. Apesar de não negarem o direito de propriedade do novo senhor, esses escravos argumentavam que as novas práticas impostas na fazenda estavam trazendo incômodos para eles. Protestavam que o referido novo senhor os havia privado dos dias livres tradicionais concedidos para cultivarem seus lotes de terra e pagava pelos produtos (cacau) que ali colhiam um preço abaixo do de mercado. Com a promessa de que o caso seria resolvido, tendo sido formada para isto, pelo Vice-Rei, uma comissão de cidadãos locais para assegurar-lhes um acordo, os ditos escravos retornaram ao trabalho (Idem).

Não obstante as situações que envolveram estes episódios, visto que tanto o engenho de Santana de Ilhéus como as haciendas na Colômbia tinham sido por longo tempo propriedades dos jesuítas e, portanto, aqueles cativos tivessem constituído uma comunidade em torno da qual procuravam preservar margens de autonomia e organização social, esses casos revelam como em várias situações os escravos podem ter agenciado espaços de autonomia segundo suas lógicas e percepções (Schwartz, 1977). Os escravos do engenho Santana, por exemplo, tiveram como resposta ao tratado que apresentaram a seu senhor uma traiçoeira e implacável repressão em 1790, sendo o seu principal líder, o escravo crioulo Gregório Luís, enviado preso para a Cadeia de Salvador, onde, em 1806, ainda permanecia, aguardando julgamento (Reis, 1979 e 1983). Porém, algumas décadas depois, em 1821, aquela comunidade escrava (provavelmente muitos deles descendentes dos cativos de 1789-90) reinventou a sua tradição de luta pela liberdade, ocupando o referido engenho de Santana por três anos, ou seja, até 1824. Ainda em 1828, esses escravos tentariam uma novo levante, sendo que muitos deles se haviam aquilombado.

O relato da expedição contra esses quilombos em 1828 mostra de forma inequívoca que esses escravos do Engenho de Santana e possivelmente outros que haviam fugido de engenhos vizinhos tinham constituído uma considerável economia camponesa no interior da floresta, produzindo muitos alimentos. Na primeira entrada a um dos mocambos, próximo da povoação baiana de Una foram encontrados:

“12 ranchos e muitas plantações de mandioca, que segundo parte que me deu aquele oficial havia para cima de sessenta mil covas, assim mais seis mil pés de café e para mais de quatro mil de algodão, e muitas árvores de espinho, dois teares de tecer pano de algodão, cada uma [palavra rasurada], e muita farinha feita, sal e muito peixe e mais suprimentos de ferragens” (Idem).

Considerando, no caso do engenho de Santana, o volume de peixe, “farinha feita”, plantações de café e mandioca encontrado neste quilombo em 1828 e as reivindicações dos escravos amocambados em 1789 de: “faça uma barca grande para quando for para Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos frete” e “poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença”, é possível supor a existência de uma economia camponesa gestada já há algum tempo.

Algumas indagações, porém, permanecem. Os quilombolas de 1828 teriam sido somente aqueles do engenho de Santana que procuraram a todo custo manter a sua tradição de autonomia conquistada desde fins do século XVIII? Sabe-se que estes escravos se sublevaram e ocuparam o Santana por três anos, de 1821 a 1824. Aliás, também em 1789 os cativos ocuparam o engenho por dois anos, além de matarem o mestre-de-açúcar e se apossarem das ferramentas. Porque em 1824 teriam eles se internado pelas matas, formando um quilombo? Já em 1828 além do quilombo formado havia a ameaça de sublevação.

Podemos pensar, por exemplo, que a escolha do quilombamento em 1824 mais do que uma alternativa inexorável pode ter representado a recuperação de experiências compartilhadas desde o século XVIII. Ou seja, como analisamos para alguns quilombos fluminenses no século XIX, na Bahia podia ter sido forjada uma experiência de integração entre os mocambos e as comunidades de senzalas, destacando-se as suas atividades econômicas e trocas mercantis (Gomes, 1995).

Caso isso tenha acontecido, o quilombamento dos cativos do engenho de Santana em 1824 pode ter se constituído numa ampliação da

rede de solidariedades sócio-econômicas de comunidades camponesas, seja a dos escravos com suas roças, seja a dos quilombolas com suas práticas econômicas. Naquela região já havia mocambos desde o século XVIII.

De outro modo, a insatisfação dos cativos de Santana naquele contexto de 1841-24, além das questões conjunturais como a guerra pela independência da Bahia, pode ter sido gerada, entre outras coisas - tal como em 1789 - pelo desejo dos cativos de aumentarem suas margens de autonomia no que diz respeito a suas economias próprias. As crises sócio-econômicas da Bahia, principalmente aquelas relacionadas ao abastecimento de alimentos, por exemplo, podem ter feito com que alguns senhores procurassem restringir e controlar mais a economia própria de seus escravos. Ao que se sabe a insatisfação em torno do episódio de 1824 e a conseqüente fuga para o quilombo contou com o apoio de outros escravos de plantações vizinhas. Àqueles quilombolas, constava ao Juiz de Paz de Ilhéus, “se tem ajuntado outros de outros destrictos” (Reis, 1979).

A expedição contra esses mocambos de Ilhéus encontrou, de fato, uma economia camponesa solidificada. Três dias depois da primeira entrada foi encontrado outro acampamento dos quilombolas com:

“sete ranchos e várias plantações de mandioca, e cana, algodão, duas rodas de pilar mandioca, e dois alguidadres de cozer farinha, e uma porção de sal, uma panela com uma porção de pólvora que teria para mais de três libras”(Idem).

A tropa punitiva dando seqüência à perseguição dos quilombolas, numa “distância de uma légua do 2º rancho, achara outra rancharia com quatro casas, e mandiocas que bem se poderia fazer para mais de mil alqueires de farinha”. Quanto à apreensão dos fugitivos pouco conseguiu-se. Depois de cerca de 12 dias de jornada pelas matas de Ilhéus e a destruição de acampamentos dos quilombolas foram presos somente 6 fugitivos, sendo 2 homens, 2 mulheres e 2 crianças.

João J. Reis foi quem primeiro (inclusive, publicando o documento de 1828 sobre a expedição contra os mocambos) argumentou sobre a possibilidade de se analisar a gestação de comunidades camponesas a partir

desses quilombos. Ciro Cardoso, justificando sua categorização de “brecha camponesa” para analisar a economia própria dos escravos no Brasil também cita esta descoberta de Reis (Cardoso, 1987). A propósito, Reis reforça este seu argumento, destacando várias questões sobre aquela comunidade de escravos que se aquilombou. Primeiramente, o número de cativos trabalhando no engenho de Santana. Entre o final do século XVIII e o início do XIX sabe-se que ali trabalhavam cerca de 300 escravos. O ofício do Juiz de paz em 1828 fala da existência de 220 cativos naquele engenho. Estas quantidades de escravos excediam em muito a média da estrutura de posse de escravos dos engenhos baianos.

Destaca-se também o absentismo do proprietário de Santana no século XIX, no caso, o Marquês de Barbacena, um líder da classe dominante baiana. Tal absentismo pode ter provocado descontentamento dos escravos - fato este segundo Peterson gerador de aumento de revoltas escravas no Caribe, por exemplo - uma vez que os engenhos acabavam sendo controlados por administradores e/ou feitores que maltratavam os cativos e não reconheciam seus direitos costumeiros. Vimos que em 1789 no Santana e mesmo no final do XVIII para duas haciendas na Colômbia os cativos rebelados reivindicavam a substituição dos mesmos.

Outra questão original no contexto do Santana, tanto em 1789 como em 1824, foi a proeminência de cativos crioulos. A crioulição desta massa escrava diferia do cenário étnico-demográfico da população escrava da Bahia; maior parte africanos, homens e adultos. Reis chama atenção também para o momento político em que ocorre esta tentativa de insurreição quilombola. Os primeiros anos da década de 20 constituíram um período de “revoltas de caserna e tumultos populares anti-lusitanos, além das divisões dentro da classe dominante sobre o encaminhamento político da descolonização e criação do Estado Nacional” (Reis, 1979).

Por fim, destaca o local onde se estabeleceu aquele quilombo, próximo ao engenho de Santana. Era uma região de povoamento esparsa cercada por florestas, facilitando, portanto, a constituição e proteção deste mocambo. Ao que se presumiu, este tinha em torno de 240 habitantes (Reis

relacionou a quantidade de mandioca encontrada como fator indicativo para calcular a possível população dos mocambos), havendo mulheres e crianças, o que denota a possibilidade da presença de núcleos familiares (Idem).

No contexto do final do século XVIII e o início do XIX muitos outros mocambos baianos podem ter se formado com características semelhantes. Ou seja, podiam possuir uma economia camponesa que gerava, inclusive, excedentes e mantinham contatos sócio-econômicos não só com as comunidades de senzalas mas também com outros setores da sociedade escravista.

Em 1796, as autoridades baianas preparam grande expedição para destruir “um Quilombo muito antigo” na Vila de Cachoeira, no recôncavo baiano. A expedição realizou-se no final do ano. No início de 1797 informava-se que:

“ficando destruídos os dois quilombos ou mocambos denominados do Orobó e Andarahy, e nelles se acharão plantaçoens de mandioca, inhames, arroz, algumas cannas de assucar, fructas e outros víveres de que se sustentavam, e se prenderem trez escravos entre pretos, pretas e crias, que foram entregues a seus respectivos senhores, tendo fugido antecedentemente, pelo que dizem, um grande número dos mesmos escravos que alli estavam aquilombados, por suspeitarem ou serem, talvez, sabedôres desta diligência, e como há indícios de que se refugiarão para outro quilombo chamado Tupim mais distante”³¹.

Enfim, naquele contexto também podia estar se formando uma economia camponesa nestes mocambos e esta igualmente podia interagir e integrar-se às microeconomias locais. Tal processo, sem dúvida, pode ter se constituído na principal característica dos mocambos baianos no final do século XVIII. O recôncavo baiano e outras áreas da Capitania estavam

³¹ “Carta de D. Fernando José de Portugal ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre os quilombos de Orobó e Andaraí, e a sua destruição”, 06.04.1797 transcrito em: PEDREIRA (1962: 591).

cercados por um cinturão de comunidades de fugidos. Era o recôncavo quilombola que certamente gestou uma rica e complexa tradição de resistência negra para o recôncavo rebelde dos escravos baianos nas primeiras décadas do século XIX.

Onde quer que tenham existido - não só no Brasil como também no restante das Américas Negras - as comunidades de escravos fugidos procuraram não só se adaptar aos cenários sócio-econômicos das regiões que se estabeleciam. Na verdade, suas presenças em determinadas áreas e os processos históricos que envolveram suas lutas para manterem a autonomia que almejavam mudaram alguns cenários. Alguns tiveram que ser refeitos, outros criados.

Na Capitania da Bahia, como procuramos mostrar, os mocambos que existiam por toda a parte, preocupando autoridades e donos de engenhos, também inventaram sua liberdade. Procurando apoio de índios, escravos, vendedores e camponeses muitos conseguiram resistir às medidas anti-mocambos.

Bibliografia:

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. 1987. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites - século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. 1972. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte.
- BARROS, Borges de. 1935. "Bandeirantes e Sertanistas Bahianos", Bahia, pp. 177 e 188 citado em: MOURA, Clóvis. 1981. *Rebeliões da Senzala, Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*. Rio de Janeiro, Conquista.
- BEZERRA, Felte. 1950. *Etnias Sergipanas. Contribuição ao seu estudo*. Aracaju, Coleção Estudos Sergipanos.
- BRAUND, Kathryn E. Holland. 1991. "The Creek Indians, Blacks, and Slavery". *Journal of Southern History*, Vol. LVII, nº 4, November, pp. 601-636.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S.. 1987. *Escravo ou Camponês? O Proto-*

- Campesinato Negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense.
- CARNEIRO, Edison. 1966. *O Quilombo de Palmares*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CHALHOUB, Sidney. 1990. *Visões da Liberdade. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CRATON, Michael. 1982. *TESTING THE CHAINS. Resistance to Slavery in the British West Indies*. Ithaca, Cornell University Press.
- _____. 1986. "From Caribs to Blacks Caribs: The Amerindian Roots of Servile Resistance in the Caribbean". In: OKIHIRO, Gary Y. *In Resistance. Studies in African, Caribbean, and Afro-American History*. The University of Massachusetts, pp. 98-115.
- FLORY, Thomas. 1979. "Fugitive Slave and Free Society: The Case of Brazil". *Journal of Black History*, LXIV (2), pp. 116-130.
- FREITAS, Décio. 1981. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal.
- GOMES, Flávio dos Santos. 1995. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - Séc. XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- _____. 1994. Para Matar a Hidra - Uma História de Quilombolas no Recôncavo da Guanabara, Séc. XIX". *Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB*, 2(3). Brasília, pp. 1-31.
- GUIMARÃES, Calos Magno. 1990. *Negação da Ordem Escravista. Quilombos em Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Ícone.
- HANDELMANN, Henrich. 1931. *História do Brasil*. Trad. brasileira feita pelo IHGB, Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- LARA, Silvia Hunold. 1988. *Campos da Violência : escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- McFARLANE, Anthony. 1985. "Cimaronos and Palenques: Runaways and resistance in Colonial Columbia". *Slavery & Abolition*, Volume 6, número 3, dezembro, pp. 146-47.
- MOURA, Clóvis. 1972. *Rebeliões de Senzalas. Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*. Rio de Janeiro, Conquista.
- MULLIN, Michael. 1992. *Africa In America. Slave Acculturation and Resistance in the American South and the British Caribbean, 1736-1831*. University of Illinois Press.

- PEDREIRA, Pedro Tomás. 1962. "Os Quilombos Baianos". *Revista brasileira de geografia*, São Paulo, Outubro-Novembro, pp. 591.
- _____. 1973. *Os Quilombos Brasileiros*. Salvador, SEMEC/Departamento de Cultura.
- _____. 1979. "Sobre o quilombo 'Buraco de Tatu' ". *Mensário do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 10 (7): 7-10.
- PRICE, Richard. (Org.). 1979. *Maroon societies. Rebel slave communities in the americas*. 2ª ed., The Johns Hopkins University Press.
- _____. 1988-89. "Resistance to Slavery in the Americas: Maroons and their Communities". *Indian Historical Review*, 15, 1-2, pp. 71-95.
- REIS, João José. 1983. "Resistência escrava na Bahia. 'Podemos brincar, folgar e cantar...': O Protesto escravo na América". IN: *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBa, Salvador, número 14, Dezembro, pp. 107-122.
- _____. 1986. *Revolta Escrava no Brasil. O Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1992. "Recôncavo Rebelde: Revoltas Escravas nos Engenhos Baianos". *Afro-Ásia*, Salvador, número 15, pp. 100-126.
- _____. 1979. "Resistência Escrava em Ilhéus". *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, (44), pp. 285-97.
- SCHWARTZ, Stuart B. 1987. "Mocambos, Quilombos e Palmares; a resistência escrava no Brasil Colonial". *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17(2): 245-95.
- _____. 1988. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo, Cia. das Letras.
- _____. 1992. "Peasants and Slavery: Feeding Brazil in the Late Colonial Period". *Slaves, Peasants, And Rebels. Reconsidering Brazilian Slavery*, University of Illinois Press, pp. 65-102.
- _____. 1977. "Resistance and Accommodation in Eighteenth-Century Brazil: The Slaves view of Slavery". *Hispanic American Historical Review*, Volume 57, número 1, pp. 69-81.
- SLENES, Robert W. 1992. "Malungu, Ngoma vem!: Africa coberta e descoberta no Brasil". *Revista Usp*, número 12.
- SOCOLOW, Susan Migden. 1992. "Spanish Captives in Indian Societies: Cultural Contact Along the Argentine Frontier, 1600-1835". *Hispanic American Historical Review*, Vol. 72, nº 1, pp. 73-99

VIANNA FILHO, Luís, 1946. *O Negro na Bahia. Rio de Janeiro, s/e.*

VIANNA, Urbano. 1935. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional